

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.661.630 - PE (2020/0030725-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **LUCIANA CAVALCANTI DE GODOY - PE025823**
CLÁUDIA VIRGÍNIA CARVALHO PEREIRA DE MELO E
OUTRO(S) - PE020670
PABLO RODRIGO NAZARETH COSTA - PE030463
CAMILA LIRA AFONSO FERREIRA PAIVA - PE035477
ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA - PE016983
AGRAVADO : **JULIANA VIEIRA DE SOUZA MENDONCA**
ADVOGADOS : **ANDRÉ FRUTUOSO DE PAULA E OUTRO(S) - PE029250**
LUDMILLA WANDERLEY DE MATOS - PE032409
MARCIO GUERRA BASTO - PE033453

DECISÃO

Vieram os presentes autos ao Superior Tribunal de Justiça para apreciação de agravo tirado de recurso em que se discute, entre outras questões, a responsabilidade securitária por danos estruturais verificados em imóvel adquirido pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, notadamente sobre a existência de interesse da Caixa Econômica Federal na lide.

Brevemente relatado, decido.

Estando pendente o julgamento do agravo, sobreveio a notícia de que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o RE n. 827.996/PR, decidiu, em 5/10/2018 e por maioria de votos, reconhecer a repercussão geral da matéria relativa a saber se a Caixa Econômica Federal detém interesse jurídico para ingressar, como parte ou terceira interessada, nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do SFH e, conseqüentemente, se competiria à Justiça Federal o processamento de julgamento de ações dessa natureza.

Dado esse fato superveniente, o encaminhamento que agora se apresenta — seja por razões de economia processual, seja como forma de prevenir o indesejado surgimento de decisões conflitantes da Suprema Corte e deste Tribunal sobre a matéria — é o retorno deste processo ao Tribunal de origem, onde deverá esperar a conclusão do julgamento do referido recurso extraordinário.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, determino a devolução destes autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, a fim de que lá permaneçam suspensos no aguardo da publicação do acórdão do RE n. 827.996/PR, quando então deverão ser adotadas, conforme o caso, as diretivas previstas nos incisos I e II do art. 1.040 do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator